

EDITORIAL

O golpe de 1964, a ditadura e a historiografia

The 1964 coup, the dictatorship and historiography

Rodrigo Patto Sá Motta*

Nesse período em que vivemos, marcado por tantas polêmicas relacionadas ao passado recente, é impossível fazer um comentário sobre a historiografia dedicada ao golpe de 1964 e à ditadura sem observar que o tema se tornou mais presente e atual, assim como mais polêmico e perigoso, por isso mesmo, essencial para o debate público, seja na tradicional esfera pública, seja nas novíssimas redes sociais.

Há algumas décadas, a teoria da história tem questionado as visões tradicionais (que vem da historiografia moderna) sobre o tempo e os fenômenos da temporalidade, que se baseavam em perspectiva linear sobre as relações passado-presente-futuro, como se elas configurassem uma sequência perfeita e unidirecional. Citando Chris Lorenz, cujo trabalho é caudatário da obra de Reinhart Koselleck¹ nem sempre as linhas divisórias entre as temporalidades são nítidas. Nas palavras do filósofo e historiador Lorenz, muitas vezes elas são opacas, ou borradas², de forma que o que passou pode seguir presente de diferentes maneiras, em contraste com a visão moderna de que o passado seria uma realidade muito distante em relação ao presente e também ao futuro previsível (ou desejável, de acordo com a perspectiva progressista moderna).

* Doutorado em História pela Universidade de São Paulo. Mestrado e graduação em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. País de origem: Brasil. E-mail: rodrigomotta@yahoo.com.br.

¹ Koselleck, R. *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

² Lorenz, Chris. *Blurred Lines - History, Memory and the Experience of Time*. *International Journal for History Culture and Modernity*. July, 2014.

Assim, e usando uma metáfora instigante proposta pelo mesmo autor, o passado não é necessariamente frio e morto, já que pode continuar bem quente no nosso presente. O tema da presença persistente do passado aparece em fórmulas muito usuais hoje, como passados que não passam, ou passados presentes, que expressam a ideia de que o passado segue marcando nossas vidas, nossas percepções sobre o tempo, e, sobretudo, continua impactando as disputas políticas atuais.

Essas reflexões teóricas, que têm implicações mais complexas do que seria possível discutir agora (por exemplo, a percepção de que a presença marcante do passado tem relação com o “presentismo” e a crise das visões progressistas sobre o futuro³), se aplicam de modo claro à história recente ou história do tempo presente, e particularmente à história do golpe de 1964 e da ditadura militar. Retomando a metáfora de Lorenz, para usá-la de maneira hiperbólica, no nosso caso o calor desse passado é intenso ao ponto de parecer que nos queimará.

Certamente, tal presença da memória e do legado das ditaduras recentes é visível não apenas no Brasil, mas em todo o Cone Sul, e mesmo em outras partes da América Latina e do mundo. Entretanto, mesmo que não seja uma jabuticaba, ou seja, um fenômeno restrito ao Brasil, a presença da ditadura é singularmente aguda por aqui, especialmente devido a dois fatores. O primeiro deles envolve o arranjo de acomodação que caracterizou a transição à democracia no Brasil. Acordos entre militares e civis foram realizados em outros países, mas é difícil encontrar um caso como o brasileiro, em que as velhas e novas elites dirigentes se acertaram de maneira tão harmônica, forjando um novo regime político que buscou se afastar da ditadura sem rupturas, o que incluiu a tentativa de apagar a memória sobre o período autoritário. Tal política deliberada de esquecimento promovida pela chamada Nova República dificultou a educação da população sobre as virtudes da democracia e os males do autoritarismo. Além disso, permitiu que a corporação militar se mantivesse intocada, unida em torno de uma memória positiva da ditadura, e, com isso, mais propensa a embarcar em novos projetos autoritários.

³ Hartog, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

O segundo fator essencial para entender a presença marcante da ditadura foi a guinada à direita na última década, que gerou e foi gerada pelo fenômeno bolsonarista. Haveria muito a dizer aqui, mas comentarei apenas o essencial em vista dos fins deste texto: o cenário que levou à ascensão da direita autoritária implicou igualmente o retorno dos militares à cena pública e a revalorização da memória da ditadura, o que foi possível devido ao caráter da transição já mencionado.

O quadro ficaria incompleto se não mencionasse mais dois aspectos essenciais: a crise política gerada pela Lava Jato, que desfigurou o sistema político brasileiro desmontando todos seus componentes, com particular impacto nas forças de direita moderadas; e o contexto transnacional, igualmente marcado pela ascensão de radicalismos de direita em vários quadrantes do globo.

A somatória dos fatores mencionados favoreceu o crescimento do bolsonarismo e sua chegada ao poder, o que por sua vez agudizou o movimento de revalorização da memória do regime militar. Significativamente, o próprio capitão-presidente usava suas redes (e as da presidência da República) para divulgar uma memória positiva sobre 1964. Por exemplo, poucos meses após o início de seu governo, no dia 31 de março de 2019, ele determinou que as instituições militares comemorassem o evento, que na ocasião ele negou ter sido um golpe originador de uma ditadura. Nos anos seguintes, o presidente e seus comandantes militares voltaram ao tema reiteradamente, sempre buscando afirmar um legado positivo para 1964, que passava pela negação de que houve um golpe e uma ditadura; ao contrário, tais eventos foram apresentados como ações democráticas para salvar o país do comunismo e da desordem.

Os seguidores do bolsonarismo fizeram movimento semelhante nas redes sociais e nas mídias digitais, conseguindo que essas mensagens circulassem em larga escala. O impacto público dessa forma de nostalgia da ditadura no Brasil se revela em diferentes aspectos, mas destaco um detalhe relevante. Em qual outro país é preciso explicar que a derrubada à força de um presidente eleito democraticamente significou efetivamente um golpe de Estado? E, mais ainda, que o regime político construído a partir desse episódio, mantido sob estrito controle pelos militares e sustentado pela coerção (mesmo que contasse com

apoio de uma parte da população), foi de fato uma ditadura?

Um dos desdobramentos dessa politização à direita da história recente foi empurrar os historiadores para o meio da tormenta, tornando-nos alvos da extrema direita. É importante registrar que esse processo gerou desdobramentos mais graves no sistema escolar, uma vez que muitos professores perderam o emprego devido à perseguição ideológica. Já os historiadores integrantes do sistema universitário raramente perderam o trabalho, pelo menos no setor público. Mesmo assim, eles foram alvo de críticas (“deixem os historiadores para lá”, afirmou o ex-presidente), de ameaças nas redes sociais e mesmo de tentativas de censura, por exemplo, quando uma lista de historiadores “inconvenientes” (estudiosos da ditadura ou dos movimentos LGBTQI) foi enviada ao CNPq, no final de 2019. Tratou-se, claramente, de uma tentativa de pressão para que não recebessem financiamento público para suas pesquisas.

Dessa forma, nos anos recentes incrementaram-se os riscos para os pesquisadores da ditadura, assim como nossa responsabilidade acadêmica e cívica. Mobilizar-se contra as ameaças autoritárias, cuja existência revela a presença persistente do legado da ditadura militar, passou a ser um imperativo cívico, em defesa da democracia, mas, também, em favor do livre exercício profissional e da historiografia acadêmica. Daí a intensificação da atuação pública dos historiadores que, para além do trabalho habitual nos sistemas de ensino básico e superior, ampliaram o ativismo na mídia tradicional, nas mídias digitais e nas redes sociais, tentando contrapor-se à avalanche de desinformação, fake-news, negacionismo e outras formas de distorção do conhecimento. Difícil avaliar o resultado dessa mobilização de setores da comunidade acadêmica, para mensurar se seus objetivos foram alcançados e com que eficácia. Arrisco-me a dizer que não foi tempo perdido, e que é preciso continuar os esforços de divulgação pública, para alcançar além dos muros escolares.

Entretanto, é essencial que o esforço para atuar nos espaços públicos seja acompanhado do devido investimento na produção de conhecimento original (não necessariamente pela mesma pessoa, já que é tarefa árdua pesquisar e fazer divulgação pública dos resultados). Na mesma linha, o engajamento contra os nostálgicos da ditadura, os negacionistas e demais falsificadores, que, reiterando,

é essencial e envolve certo grau de politização em defesa dos valores e instituições democráticos, não deveria comprometer os resultados do trabalho dos pesquisadores universitários, para preservar sua credibilidade. Afinal, o que distingue a história acadêmica das outras formas de representar o passado é o cuidado com os procedimentos metodológicos, o respeito às fontes, a disposição crítica frente às evidências, e o embasamento em reflexões teóricas visando obter resultados mais confiáveis.

Pode-se objetar que os manipuladores da história às vezes mobilizam a retórica acadêmica também, em busca de credibilidade. Porém, abandonar os procedimentos acadêmicos ou duvidar deles publicamente não trará respostas adequadas aos desafios presentes. Ao contrário, cabe a nós mostrar que os discursos dos negacionistas e demais falsificadores são falaciosos e não merecem crédito do público. E isso passa necessariamente pela defesa dos procedimentos de base científica, que são essenciais para a produção de histórias marcadas pela qualidade e credibilidade, além de serem um ponto de partida para a batalha da divulgação e para o enfrentamento dos embates públicos.

É com base nessas considerações que gostaria de saudar os organizadores do dossiê "60 anos do golpe de 1964: religião, política e sociedade", que é publicado em boa hora pela revista *Horizonte*. Trata-se de uma contribuição importante a um campo que é marcadamente transdisciplinar, já que os estudos sobre ditadura suscitam o encontro entre diferentes saberes vinculados às grandes áreas das ciências humanas e sociais. Ademais, o presente dossiê merece ser destacado não apenas por se dedicar a uma abordagem transdisciplinar, mas porque aborda uma temática essencial tendo em vista o contexto e as ações da ditadura militar.

De fato, os anos 1960-70 são um campo fértil para estudar o campo religioso no Brasil. Nesse período ocorreram mudanças importantes tanto no interior desse campo, como nas relações entre o Estado e as instituições e práticas religiosas. Pode-se ir mais longe e afirmar que o período foi marcado por transformações significativas no campo religioso brasileiro. De um lado, é importante não perder de vista que a ditadura se apoiou em discursos religiosos para legitimar-se, na medida em que seus líderes e apoiadores afirmavam

enfaticamente o seu empenho em lutar contra o comunismo ateu e a favor da família cristã tradicional e dos chamados bons costumes. Tais discursos foram usados reiteradamente para desestabilizar o governo de João Goulart e para mobilizar setores da população em favor do golpe que derrubou aquele presidente (por exemplo, nas famosas Marchas com Deus pela Família e a Liberdade), mas também para justificar as ações repressivas contra militantes de esquerda e dos movimentos sociais durante a ditadura. É fundamental lembrar, além disso, que tais ações e discursos da ditadura foram apoiados e abençoados por uma parte das lideranças religiosas, em que pese o fato de outros líderes cristãos terem denunciado a violência estatal contrapondo-lhe o humanismo e a solidariedade.

Por outro lado, é importante lembrar que durante a ditadura ocorreu a expansão do ativismo de segmentos católicos de linhagem popular, eventualmente contando com apoio de alguns militantes protestantes, que buscaram aproximar a religião de demandas sociais distributivistas e/ou igualitaristas, atraindo contra si as forças de repressão da ditadura que viam em tais movimentos a “mão oculta” da infiltração comunista. Além disso, a partir do final dos anos 1960 ocorreu uma mudança significativa na relação entre Estado e hierarquia católica, que de uma postura tradicional de convivência harmônica com o poder estabelecido passou a chocar-se com lideranças da ditadura, em defesa de grupos perseguidos politicamente e de setores excluídos socialmente, processo paralelo à ampliação do impacto de tendências “progressistas” nos meios católicos, sem que isso signifique generalizar esse quadro para todas as instituições católicas.

Outro processo importante que é notável naqueles anos envolve a expansão das religiões protestantes, tanto as tradicionais como as neopentecostais, que, em muitos aspectos, mostravam-se mais conservadoras do que as instituições e líderes católicos, e, por tal razão, essa tendência de crescimento do cristianismo não católico foi apreciada (se não estimulada) pelo estado ditatorial. Colocando em foco outra dimensão religiosa significativa, nota-se nos anos da ditadura uma relação ambígua do Estado repressivo com as religiosidades de base afro-brasileira, que, em muitos casos, continuaram sendo reprimidas, tal como vinha ocorrendo há décadas e mesmo séculos no Brasil,

enquanto, por outro lado, certos líderes estatais e militares cultivaram boas relações com determinados grupos, especialmente em áreas do Sudeste.

Enfim, os temas abordados e analisados no dossiê são essenciais para entender temáticas religiosas conectadas ao golpe de 1964 e aos anos da ditadura militar, mas que ainda suscitam alguns dilemas e desafios bem atuais. Portanto, vale a pena seguir investigando tais questões, para que nos próximos anos vejamos essa área de estudos se ampliar e se consolidar, de preferência no mesmo passo em que as forças autoritárias atuantes na nossa região e em outras partes do globo sejam contidas, e a democracia seja fortalecida e aperfeiçoada, baseada no respeito à diversidade e no pluralismo, o que inclui a tolerância religiosa, e alcançando densidade social para além da simples institucionalidade liberal-democrática.